



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000317306

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1021901-91.2023.8.26.0554/50000, da Comarca de Santo André, em que é embargante PITASSI CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, são embargados W2D SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., RBW PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI, RBW SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS LTDA e RBW DO BRASIL TERCEIRIZAÇÕES LTDA EPP.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ROGÉRIO MURILLO PEREIRA CIMINO (Presidente sem voto), DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT E LUÍS ROBERTO REUTER TORRO.

São Paulo, 31 de março de 2025.

ALFREDO ATTÍE

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA: **SANTO ANDRÉ**
APELANTES: **PITASSI CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL**
APELADA: **RBW PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI E OUTROS**

VOTO N.º 27.019

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material. Pretensões meramente infringentes.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

Vistos.

Cuida-se de embargos de declaração oposto contra o acórdão de fls. 284/288 que negou provimento ao recurso do embargado.

O embargado recorre, alegando omissão no acórdão em razão da falta de análise quanto às notificações enviadas às embargadas, pretendendo a modificação do julgado.

O recurso é tempestivo.

É O RELATÓRIO.

Conforme preconiza o art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), os embargos declaratórios se prestam ao esclarecimento de obscuridade ou eliminação de contradição (inciso I); à supressão de omissão de ponto ou questão sobre o qual deveria o magistrado se pronunciar de ofício ou a requerimento (inciso II); e, consagrando construção pretoriana integrativa desenvolvida durante a vigência da Lei 5.869/1973, à correção de erro material (inciso III).

A pretensão não encontra amparo no art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil. Todas as razões apresentadas para sustentação dos recursos foram analisadas e resolvidas pela turma julgadora, podendo se afirmar, com a devida vênia, que os termos do acórdão embargado são claros, inequívocos, nada restando a ser declarado.

Inexiste, portanto, qualquer vício a se sanar pela via dos embargos.

Pretende o embargado a modificação do acórdão, o que não é a via do recurso. O acórdão foi claro quanto à falta de observação do contrato, mantendo a sentença.

Frise-se que as razões apresentadas para sustentação do recurso foram analisadas e resolvidas pela turma julgadora, podendo se afirmar, com a devida vênia, que os demais termos do acórdão embargado são claros, inequívocos, nada restando a ser declarado. Ademais, o magistrado não está obrigado a debater um a um cada questionamento das partes.

Ante o exposto, **rejeitam-se os embargos de declaração.**

ALFREDO ATTÍE
Relator